

Edital nº 023/2017- ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para o **Curso de Formação Profissional de Perito Papiloscopista – 2017**, sob a responsabilidade do Campus de Ensino Recife - CERE, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso de Formação Profissional de Perito Papiloscopista – 2017**, sob a responsabilidade do **Campus de Ensino Recife - CERE**, da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO**1.1 Das vagas para coordenador de turma:**

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	642	Ser Policial Civil, possuir curso de Coordenação Pedagógica realizado pela ACIDES e preferencialmente estar lotado no Campus de Ensino Recife - CERE.	02

1.2 Das vagas de instrutor titular:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Sistema de Segurança Pública	12	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso na área de segurança pública, preferencialmente especialização.	2
Criminologia aplicada à segurança pública	10	Ser policial ou bombeiro militar e possuir especialização na área de direito ou segurança pública.	2
Direitos Humanos	18	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de bacharel em direito ou curso de capacitação na área de Direitos Humanos, preferencialmente especialização na área.	2
Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	10	Ser policial ou bombeiro militar, possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e preferencialmente curso específico na área da disciplina.	2
Educação Física	30	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de licenciatura em educação física e estar devidamente registrado no CREF.	2
Língua e comunicação	8	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso na área de comunicação social ou área afim.	2

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Telecomunicações	10	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso técnico em Telecomunicações ou curso específico na área com experiência na área da disciplina.	2
Tecnologias e Sistemas Informatizados	10	Ser policial ou bombeiro militar com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	2
Abordagem Policial no Âmbito das Operações de Polícia Judiciária	30	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	2
Uso Diferenciado da Força	10	Ser policial ou bombeiro militar com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso específico na área da disciplina.	2
Defesa Pessoal Policial	20	Ser policial ou bombeiro militar, possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em artes marciais.	2
Armamento, Munição e Tiro	60	Possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso de instrutor de armamento munição e tiro policial (CIAMTP).	2
Análise Classificatória das Impressões Papilares	60	Perito Papiloscopista, mínimo 03 anos de experiência em análise classificatória de impressões papilares e estar exercendo, atualmente a referidas atividade.	2
Fotografia Forense	34	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em fotografias forenses no âmbito da Papiloscopia e estar exercendo, atualmente, essa atividade.	2
Identificação Civil	30	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em identificação civil e no domínio do sistema utilizado para sua efetivação.	2
Identificação Criminal	46	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em identificação criminal e no domínio do sistema utilizado para sua efetivação.	2
Identificação Necropapiloscópica	30	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em perícias necropapiloscópicas.	2
Identificação Neonatal	14	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência comprovada em identificação neonatal.	2
Estrutura Epitelial aplicada à Ciência Papiloscópica	20	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em atividade papiloscópica.	2
Papiloscopia Forense	14	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em atividades inerentes ao local de crime.	2
Prática Forense	40	Ser Perito Papiloscopista com curso específico na área da disciplina e preferencialmente experiência na atividade fim.	2

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Fundamentos de Química Aplicados à Ciência Papiloscópica	20	Perito Papiloscopista, graduado em Química, no mínimo 03 anos de experiência em revelação de impressões papilares.	2
Representação Facial e Corporal Humana	20	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em representação facial e corporal humana e estar exercendo, atualmente, essas atividades.	2
Fundamentos de Criminalística	12	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal.	2
Fundamentos de Medicina Legal Forense	16	Ser Médico Legista e/ou professor em IES da disciplina com mais de 5 anos de experiência.	2
Sistema Informatizado de Identificação Civil	20	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em Sistema Informatizado de Identificação Civil	2
Sistemas Automáticos De Impressões Digitais - AFIS	16	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em Sistemas Automáticos De Impressões Digitais - AFIS	2
Pacto pela Vida e Gestão por Resultados	8	Ser Gestor Governamental de Planejamento, Orçamento e Gestão com experiência na área de gestão por resultados.	2
Gestão da Qualidade e Cadeia de Custódia	14	Perito Criminal, com especialização em Perícia Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal, curso de Cadeia de Custódia e Gestão da Qualidade, e atuação relacionada com estas áreas.	2

1.3 Das vagas de instrutor Secundário:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Educação Física	30	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de licenciatura em educação física e estar devidamente registrado no CREF.	2
Tecnologias e Sistemas Informatizados	10	Ser Policial Civil com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	4
Abordagem Policial no Âmbito das Operações de Polícia Judiciária	30	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	4
Defesa Pessoal Policial	20	Ser policial ou bombeiro militar, possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em artes marciais.	2
Armamento, Munição e Tiro	60	Possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso de instrutor de armamento munição e tiro policial (CIAMTP).	6

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Análise Classificatória das Impressões Papilares	60	Perito Papiloscopista, mínimo 03 anos de experiência em análise classificatória de impressões papilares e estar exercendo, atualmente a referidas atividade.	4
Fotografia Forense	34	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em fotografias forenses no âmbito da Papiloscopia e estar exercendo, atualmente, essa atividade.	4
Identificação Civil	30	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em identificação civil e no domínio do sistema utilizado para sua efetivação.	4
Identificação Criminal	46	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em identificação criminal e no domínio do sistema utilizado para sua efetivação.	4
Identificação Necropapiloscópica	30	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em perícias necropapiloscópicas.	4
Identificação Neonatal	14	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência comprovada em identificação neonatal.	4
Estrutura Epitelial aplicada à Ciência Papiloscópica	20	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em atividade papiloscópica.	4
Papiloscopia Forense	14	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em atividades inerentes ao local de crime.	4
Prática Forense	40	Ser Perito Papiloscopista com curso específico na área da disciplina e preferencialmente experiência na atividade fim.	4
Fundamentos de Química Aplicados à Ciência Papiloscópica	20	Perito Papiloscopista, graduado em Química, no mínimo 03 anos de experiência em revelação de impressões papilares.	4
Representação Facial e Corporal Humana	20	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em representação facial e corporal humana e estar exercendo, atualmente, essas atividades.	4
Fundamentos de Medicina Legal Forense	16	Ser Auxiliar de Legista e/ou professor em IES da disciplina com mais de 5 anos de experiência.	4
Sistema Informatizado de Identificação Civil	20	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em Sistema Informatizado de Identificação Civil	4
Sistemas Automáticos De Impressões Digitais - AFIS	16	Perito Papiloscopista, no mínimo 03 anos de experiência em Sistemas Automáticos De Impressões Digitais - AFIS	4
Gestão da Qualidade e Cadeia de Custódia	14	Perito Criminal, com especialização em Perícia Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal, curso de Cadeia de Custódia e Gestão da Qualidade, e atuação relacionada com estas áreas.	4

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. Condições Gerais

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar, conforme estabelecido no Art. 18 do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 e Decreto Estadual nº 44089 de 06FEV17:

I - a capacidade técnica;

II - o conhecimento específico na área da capacitação;

III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada;

IV - a experiência em instrutoria de no mínimo 120 (cento e vinte) horas-aula ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica deve dar-se mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) horas-aula.

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração (anexo II), emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 023/2017 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br **e vão até o dia 27/08/2017.**

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)**, até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilita(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
DELEGADA	191763-3	SYLVANA TEIXEIRA LELLIS	CERE
COMISSÁRIO PC	208.528-3	ANTONIO FLAVIO PASTICK ROLIM	CERE
CAP PM	960015-9	ALEXANDRE JOSÉ GOMES ALVES DE OLIVEIRA	GICAP/SDS
SGT BM	798053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso**. Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de rechamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuírem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório**.

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.

4.15. O instrutor Conteudista que se candidatar a vaga de instrutor titular ou instrutor secundário, caso não entregue o material didático (pladis, apostila, slide e questões de prova) na data estipulada pela Direção do Campus de Ensino Recife, será automaticamente excluído do certame.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail **uafgicap@gmail.com** e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo o Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993 de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Suplentes, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, **www.acides.pe.gov.br**, a partir da publicação até o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

7.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

7.3. Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

7.4. Os Gestores dos Órgãos Operativos deverão facilitar a liberação dos servidores selecionados para ministrar as instruções, objetivando uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública.

Recife, PE em 21 de agosto de 2017

ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Anexo I

Cronograma do Processo de Seleção

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data de abertura deste Edital	Docente candidato
2	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, confirmação recadastramento e da existência de currículo do candidato na Plataforma Lattes e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	ATÉ 01/09/2017	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a Declaração de Autorização da Chefia Imediata no encontro Pedagógico.	A DEFINIR	CERE
4	Encontro pedagógico	A DEFINIR	CERE
5	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A DEFINIR	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Anexo II

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL



Academia Integrada de Defesa Social

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

DECLARAÇÃO

Eu, (Chefe imediato da atual lotação ou de Unidade anterior) _____, matrícula nº _____, Órgão de Origem _____, atualmente exercendo a função de _____, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático**, consoante o Parágrafo 3º do Artigo 18º do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 que o(a) servidor(a), _____, matrícula nº _____, Órgão de Origem, _____, lotado no(a), _____, **possui conhecimento prático sobre: (nome da disciplina) _____**, por ter desempenhado, por mais de 12 meses, atividades relativas ao tema no período de ____/____/____ a ____/____/____, no(a) (lotação atual ou Unidade anterior) _____. Atesto, por tanto, sua capacidade prática na abordagem do referido tema.

Recife, PE, em ____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo da chefia imediata

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Anexo III

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL



Academia Integrada de Defesa Social

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

ACIDES-PE

Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social

AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, _____, Matrícula nº _____,
CPF. _____ solicito autorização para ministrar aulas na disciplina,
_____ do **Curso de Formação Profissional de Perito Papiloscopista – 2017**, no período de ____/____/ a ____/____/2017 e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto nº 43.993, de 29DEZ16 e o Decreto Nº 44.089, de 6 de Fevereiro de 2017).

Recife, ____/____/____.

[Assinatura]

De acordo,

Em, ____/____/____.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Anexo IV

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINA 01 SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA Carga Horária: 12 horas

EMENTA: A constituição da organização policial no Brasil. O sistema brasileiro de policiamento. Gerenciamento organizacional, modernização e controle das polícias. Sistemas de organização e gestão estratégica da ação policial e tecnologias com foco no controle da violência e da criminalidade. Controle social democrático das políticas públicas de segurança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A segurança pública na Constituição da República;
2. A estrutura do sistema brasileiro de policiamento;
3. As competências e as funções das organizações policiais brasileiras;
4. Polícia e controle social em um sistema democrático;
5. Planejamento como ferramenta de gestão;
6. O uso da informação para a tomada de decisão;
7. Modelos de controle das organizações policiais;
8. A gestão de pessoas nas polícias;
9. Pacto pela Vida – Política Pública de Segurança de Pernambuco – Estudo de caso;
10. Modelo de gestão implementado nas instituições de Segurança Pública de Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALVARENGA NETO, Rivadavia C. Drummond de. *Gestão do Conhecimento no contexto de organizações atuantes no Brasil: uma mudança em direção ao conceito de "Gestão de Contextos Capacitantes"*. Caderno de Idéias, Ano 7, n.17, Novembro de 2007, Fundação Dom Cabral, Outubro de 2007.

BALESTRERI, Ricardo. *Qualificar o processo qualificando a pessoa: algumas contribuições à reflexão sobre capacitação de operadores policiais*. 2006. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/sites/100/164/qualificaroprocessoquequalificandoapessoa.pdf>>. Acesso em: 30 jun 2007.

BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos Olavo; PACHECO, Fernando Flávio; TERRA, José Cláudio Cyrineu. *Gestão do Conhecimento na Administração Pública*. Ipea: Brasília, 2005.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Informação e desempenho policial. Teoria e sociedade*, Belo Horizonte, v.7, 2001. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/infopol.pdf>>

_____. *Reinventar a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário*. Informativo CRISP, Belo Horizonte, v.2, 2002. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/INFO2.pdf>>

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; SOUZA, Robson Sávio Reis. Controle de homicídios: a experiência de Belo Horizonte. In: *Segurança cidadã e polícia na democracia*. Rio de Janeiro: Cadernos de Adenauer IV, n.3, 2003.

BLAZECK, Luiz Mauricio Souza. *A gestão da segurança pública e seus paradigmas*. São Paulo: UNISO, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Pinto, Antonio Luiz de Toledo; Windt, Márcia Cristina Vaz dos e Céspedes, Livia. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos. 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais da Revisão nos. 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

CHOO, C. W. *A Organização do Conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

DURANTE, Marcelo Ottoni. *Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública*. Secretaria de Segurança Pública: Brasília, 2010.

DURANTE, Marcelo Ottoni; SANDES, Wilquerson Felizardo. *Avanços na democracia brasileira: a participação da sociedade civil na Conferência Nacional de Segurança Pública*. Revista Brasileira de Segurança Pública: São Paulo, 2009.

KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel, MIRANDA, Ana Paula M. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, Rio de Janeiro, n.50, p.45-123, 2.º semestre de 2000.

LEMGRUBER, Julita (org.) *Criminalidade, violência e segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PINHEIRO, Paulo S. *Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.9, n.1, p.43-52, maio 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REED, Michael. *Teoria Organizacional: um campo historicamente contestado*. In: CLEGG, S. HARDY, Cynthia and NORD, W. (Org.); CALDAS, Miguel, FACHIN, Roberto, FISCHER, Tânia (Org. versão brasileira) *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.

SAPORI, Luís Flávio. *A administração da justiça criminal numa área metropolitana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ano 10, n.29, p.143-157, out. 1995.

_____. *A inserção da polícia na Justiça Criminal Brasileira: os percalços de um sistema frouxamente articulado*. In: MARIANO, Benedito Domingos, FREITAS, Isabel (Org.). *Polícia: desafio da democracia brasileira*. Porto Alegre: Corag, 2002.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2004.

VEIGA, Bianca Melânia Castro. *O conhecimento dói*. Revista Brasileira de Segurança Pública: Rio de Janeiro, 2007

ZALUAR, Alba, LEAL, Maria C. *Violência extra e intramuros*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.16, n.45, 2001.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Delegada	196682-0	Marta Suelene da Silva
Delegada	196740-1	Dilma Tenório Araújo

DISCIPLINA 02 CRIMINOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Escola clássica e idéia do crime; Conceito bioantropológico do criminoso; Teoria da desorganização social; Teoria do aprendizado social. Teoria da escolha racional; Teoria do controle social; Teoria do auto controle; Teoria da anomia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Escola clássica e ideia do crime;
2. Conceito bioantropológico do criminoso;
3. Teoria da desorganização social;
4. Teoria do aprendizado social;
5. Teoria da escolha racional;
6. Teoria do controle social;
7. Teoria do auto controle;
8. Teoria da anomia.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BARATTA, Alessandro. (1997), Criminologia crítica e crítica do Direito Penal. Rio de Janeiro, Revan.
BECCARIA, C. (1998), Dos delitos e das penas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
DIAS, J.F. & ANDRADE, M.C. (1984), Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra, Coimbra Editora.
FOUCAULT, M. (1999), Vigiar e punir. Nascimento da prisão. Petrópolis, Editora Vozes.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. (2004), Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 5ª Edição rev. e atual. São Paulo, Revista dos Tribunais.
MOLINA, Antonio García-Pablo et al. Criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Delegado	272550-9	Izaías Antonio Novaes Gonçalves
Delegado	196677-4	Joel Venâncio da Silva Junior

DISCIPLINA 03 DIREITOS HUMANOS Carga Horária: 18 horas

EMENTA: Teoria Geral e História dos Direitos Humanos. Constitucionalismo e Direitos Humanos. Perspectivas Críticas dos Direitos Humanos. Segurança e Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Direitos Humanos como fenômeno histórico-cultural não “natural”. Contextualização Histórica, Filosófica e Cultural. Conceituação dos Direitos Humanos. Fundamentação: o porquê dos Direitos Humanos. Principais Características dos Direitos Humanos. Classificação dos Direitos Humanos. Caracterização Funcional do conceito de Direitos Humanos ou seu “núcleo de certeza”;
2. Constitucionalismo Clássico: como promover *justiça* sem o Estado? Constitucionalismo Sócio-Econômico: como *jurisdicizar* Estado social? Direitos *versus* Garantias. Direitos Fundamentais - Direitos e Garantias - como Princípios Constitucionais.
3. Direitos em espécie. Garantias. Marx – a crítica materialista e o direito como instrumento de emancipação do homem. Burke – os argumentos contrarrevolucionários e conservadores de um reformista. Bentham – um utilitarista crítico do jusnaturalismo;
4. Segurança (sentido lato). O Conceito de Segurança (lato senso) e a Política. Segurança Nacional ou Segurança do Estado;
5. Polícia e Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BONAVIDES, Paulo, *Curso de Direito Constitucional*, Malheiros Editores, 2008.
HUNT, Lynn, *A invenção dos direitos humanos*, Companhia das Letras, 2009.
MIRANDA, Roberto Wanderley de, *Os direitos humanos como espécie de verdade moral*, Revista de Direito, Asces, 2004
RODRÍGUEZ-TOUBES, Joaquim, *La razón de los derechos*, Tecnos, 1995.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Delegado	191787-0	Roberto Wanderley de Miranda

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

DISCIPLINA 04
GERENCIAMENTO INTEGRADO DE CRISES E DESASTRES
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimento do sistema integrado de resposta às crises e desastres, permeados pelo Decreto Estadual nº 33.782/10. Conhecimento das características e exemplos de crises policiais como também as alternativas táticas de resposta; Conhecimento das medidas preliminares para atendimento deste tipo de ocorrências assim como as nuances do gerenciamento de crises.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Crises: exemplos e características;
2. Gerenciamento de crise: conceito e objetivos;
3. Fases das crises;
4. Medidas Preliminares de resposta;
5. Alternativas táticas;
6. Decreto Estadual nº 33.782/10;
7. Noções de negociação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Manual de Gerenciamento de Crises da secretaria Nacional de Segurança Pública;
BERQUÓ, Alberto. O Sequestro dia a dia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
BORGES, Gerson. Sequestros, a liberdade tem preço: um programa de segurança para você e sua família. Rio de Janeiro: Quartet, 1997.
BRASILIANO, Antônio Celso Ribeiro. Sequestro... Como Se Defender: planejamento de segurança pessoal, noções antissequestro. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
DECRETO Estadual nº 33.782/09 que Cria o Gabinete de Gerenciamento de Crise em Pernambuco.
DE SOUZA, Wanderley Mascarenhas. Gerenciamento de Crises em Segurança. São Paulo: Sicurezza, 2000.
_____, Wanderley Mascarenhas. Radiografia do Sequestro. São Paulo: Ícone, 1993.
LANCELEY, Frederick J. On-Scene Guide for Crisis Negotiators. 2 ed. Boca Raton: CRC Press, 2003.
MANFREDINI, Noely. RECALCATTI, Rubens. Sequestros: Modus Operandi e Estudos de Casos. Blumenau: Nova Letra, 2008.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
MAJ PMPE	950712-4	Ivanildo Cesar Torres de Medeiros

DISCIPLINA 05
EDUCAÇÃO FÍSICA
Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Abordagens teóricas da importância da prática regular de exercícios físicos; Apresentação de noções de conceitos de fisiologia e anatomia; Desenvolvimento das valências físicas; Conhecimento das técnicas necessárias ao treinamento e aprimoramento do condicionamento físico; Conscientização da mudança do comportamento sedentário para um comportamento ativo em relação aos exercícios físicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Anamnese;
2. Noções de técnicas de Avaliação Física;
3. Apresentação prática do Protocolo do TAF;
4. TAF;
5. Atividades Lúdicas;
6. Valência Físicas.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

DANTAS, E.H.M. A prática da preparação física. 6ª ed. - Vila Mariana, SP : Roca, 2014;
MONTEIRO, G. A. e EVANGELISTA, A. L. Treinamento Funcional. Uma abordagem prática. Phorte Editora, SP, 2010;
NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. 3ª Edição, Florianópolis, Editora Midiograf, 2007.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Comissário	221472-5	Kleber Vieira da Cunha
Agente	350834-0	Wagner Virgínio da Silva

DISCIPLINA 06 LÍNGUA E COMUNICAÇÃO Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Reflexão sobre as possibilidades de uso da língua, a fim de se comunicar o necessário, com alguns tipos e gêneros textuais/discursivos nos quais se revela. Prioridade em temáticas como aspectos da leitura, da interpretação textual e da produção de textos orais e escritos; Caráter sociocultural da língua, sempre fundada em normas socialmente instituídas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Comunicação humana: história e importância;
2. Linguagem;
3. Funções da linguagem.
4. Linguagem oral;
5. Linguagem escrita;
6. Leitura;
7. Discurso: constituição e características;
8. Discurso direto e seu efeito na comunicação;
9. Discurso indireto e seu efeito na comunicação;
10. Procedimentos sintáticos para a transformação do discurso direto em indireto e vice-versa;
11. O que é um texto?
12. Tipos textuais;
13. Qualidades e defeitos de um texto, considerando sua intencionalidade;
14. Gêneros textuais, com ênfase nos do âmbito operacional policial/jurídico.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. Tradução de DIONÍSIO, A. P. HOFFNAGEL, J. C. (orgs). São Paulo, Cortez, 2009.
CAVALCANTE, Mônica M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2013.
DIJK, Tean A. Van. Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto. Tradução de Rodolfo Ilari, 2012.
KOCH, Ingedore Villaça. Argumentação e linguagem. 13ªed. São Paulo: Cortez, 2011.
_____; Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2009.
MARCUSCHI, L.A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Agente	272864-8	Erivaldo José Silva
Delegado	199045-4	Ildefonso Antonio Gouveia Cavalcanti

DISCIPLINA 07
TELECOMUNICAÇÕES
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimentos teóricos e técnicos básicos necessários à viabilização da comunicação aplicada à atividade policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução e importância da comunicação para humanidade;
2. Histórico das telecomunicações;
3. Teoria das telecomunicações;
4. O processo de comunicação;
5. O significado do termo telecomunicações;
6. Tipos de sinais na comunicação;
7. Introdução e importância da comunicação;
8. Elementos de um Sistema de Comunicação;
9. Sistema de Comunicação por Sinais Elétricos;
10. Tipos de Transmissão;
11. Canal de Radiofrequência;
12. Antenas/ondas/frequência (UHF e VHF);
13. Frequência;
14. Faixas de frequências utilizadas;
15. Classificação das Ondas de rádio;
16. Sistema CIODS da Capital e RMR e os Postos de Comando - "PC", no Interior do Estado;
17. Sistema de vídeo monitoramento e rastreamento de pessoas;
18. Mensagens;
19. Equipamentos de radiocomunicação;
20. Das Inspeções nas Estações de rádio;
21. Lei Geral das Telecomunicações e Normas constitucionais e penais que a envolve; Taxa de FISTEL e taxa de uso de frequência;
22. Sistema de comunicação telefônico; via rádio (analógico e digital);
23. Código "Q" internacional; Alfanumérico; e Informações sobre DATA/HORA.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

LATHI B., P., Sistemas de Comunicação. Rio de Janeiro: Guanabara Dois: 1979.
CARLSON A., B., Sistemas de Comunicação. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil: 1981.
DERFLER, Jr, J., F., Freed L., Tudo sobre cabeamentos de redes. Rio de Janeiro: Campus, 1994. ALENCAR M., S., Curso de Telefonía. Apostila, DEE - UFPb, Campina Grande: 1997.
FONSECA J., N., Telecomunicações I. Apostila, COELT - ETFSe, Aracaju: 1997.
Leis das Telecomunicações nº 9.472, Lei nº 9.295, Lei nº 4.177, Decreto-Lei 236;
Lei da Intercepção Telefônica nº 9.296;
Decreto-Lei nº 89.056 sobre alarme bancário;
COELHO, Patrícia Pinto, Telefonía Móvel Celular, Inatel, Santa Rita do Sapucaí-MG, 1995.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Capitão PM	930052-0	Fabio Reis dos Santos
Sargento PM	930439-8	José Fernando da Silva Filho

DISCIPLINA 08
TECNOLOGIAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimento na utilização dos diversos módulos de pesquisa do Sistema Infoseg. Emprego dos Sistemas contidos no Portal Web e no Portal de Sistemas nos diversos tipos de pesquisa. Habilitação do policial na utilização da Delegacia Interativa e Siap-Crime. Aplicação dos sistemas informatizados de defesa social nos diversos tipos de investigação. Reconhecimento da legislação de acesso à Internet e aos Sistemas Informatizados de Defesa Social no âmbito da Polícia Civil de Pernambuco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Sistema Infoseg: módulos de pesquisa de mandados de prisão, indivíduos, condutores e veículos;
3. Sistema Infoseg: módulos de pesquisa de Armas, Receita e Administração;
4. Portal Web: Solicitações de Antecedentes Criminais Online, Sistema de Relatórios Carcerários e Sistema de Cadastro Civil;
5. Portal Web: Sistema de Consulta a Roubo e Furtos de Veículos, Sistema de Consulta de Mandados de Prisão e Sistemas de Consultas Integradas;
6. Portal de Sistemas: Sistema de Registro de Queixas de Roubos e Furtos de Veículos;
7. Siap-Crime;
8. Delegacia Interativa;
9. Legislação de acesso à Internet e aos Sistemas Informatizados de Defesa Social.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:www.infoseg.gov.br<https://servicos.sds.pe.gov.br/portalsds/>www.policiacivil.pe.gov.br<https://www.tjpe.jus.br/siapcrime/xhtml/login.xhtml><http://servicos.sds.pe.gov.br/delegacia/>

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. (2003), Manual dos Sistemas de Defesa Social. Projeto CIODS/2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (2000), Manual do Infoseg. Procergs.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Comissário	208620-4	Márcio Roberto Cavalcanti da Silva

DISCIPLINA 09
ABORDAGEM POLICIAL NO ÂMBITO DAS OPERAÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Técnicas necessárias à correta aplicação dos procedimentos de abordagem, em consonância com o ordenamento jurídico nacional e as normas internacionais de direitos humanos e atuação dentro dos padrões éticos necessários à atuação policial.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos e princípios da abordagem;
2. Empunhadura; Posição Sul; Tipos de saque; Controle do Cano;
3. Técnicas com algemas: Em pé, com e sem anteparo, de joelhos e deitado; Aula prática de Abordagem a pessoa;
4. Abordagem a veículos (carro/moto);
5. Abordagem a edificações;
6. Abordagem a edificações (transposição de obstáculos e entradas táticas).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni Cardoso. Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis, Ed. Insular, 2005.

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. Direito e Segurança Pública: a juridicidade operacional da polícia. Brasília, Consulex, 2003.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco - Lei Nº 6123 de 20/07/1968.

FRANCO, Paulo Ricardo Pinto. Técnicas Policiais - Uma questão de Segurança. Porto Alegre, Santa Rita, 2002.

LEDUR, Nilton Henrique Monteiro. Violência nas abordagens policiais. Porto Alegre, Revista Unidade, nº 41, Jan/Mar, 2000.

LIMA, João Cavalim de. Atividade policial e o confronto armado. Curitiba, Juruá, 2005.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. O Novo Código de Processo Penal. Coimbra, Almedina, 1988.

FORTE, Edmilson. Policiamento Preventivo: indivíduo suspeito, busca pessoal, detenção para averiguação, identificação de pessoas. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar. Monografia do CAO-I, São Paulo, 1998.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal-Comentado. Ed. Saraiva, 2010.

<http://www.youtube.com/watch?v=xEkCi2wRbk4&feature=related>

www.ctte.com.br/ctte/?alvo=prog&proj=002

<http://pt.shvoong.com/law-and-politics/1622625-abordagem-policial-pessoas/>

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9491>

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Comissário	152047-4	José Carlos de Almeida Lima

DISCIPLINA 10 USO DIFERENCIADO DA FORÇA Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Suporte e embasamento teórico e prático aos profissionais da área de segurança pública, quanto à observância dos princípios técnicos e éticos adequados ao atendimento de ocorrência em que há a necessidade da aplicação do uso diferenciado da força (uso progressivo da força). Avaliação da adequabilidade, necessidade e proporcionalidade do uso da força, para a formação de um juízo crítico, com o objetivo da investigação em sede de inquérito policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Excludentes de criminalidade;

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

3. Desacato;
4. Tortura;
5. Excessos;
6. Uso da força: Conceitos e definições;
7. Uso da Força e a Polícia na atualidade;
8. Aspectos legais e éticos do uso da força;
9. Legislação Internacional, nacional e estadual aplicáveis ao uso da força;
10. Princípios básicos do Uso da Força e Arma de fogo;
11. Domínio do processo de tomada de decisão;
12. Princípios do UPF;
13. Prioridade ou foco na atuação e emprego do uso da força;
14. Fundamentos teóricos do uso da força pelos profissionais de segurança;
15. Propostas de Modelos de Uso Progressivo da força;
16. Procedimento operacional padrão;
17. Análise comparativas dos Modelos do uso da força;
18. Formação de Juízo Crítico sobre Uso da Força;
19. Elementos do uso da força;
20. Armas e equipamentos;
21. Tática de defesa;
22. Restrições;
23. Movimento e voz;
24. Formas de emprego de materiais e equipamentos não letais;
25. Técnica, tecnologias, armas, munições e equipamentos não letais);
26. Classificação dos Equipamentos; armas, munições e agentes não letais;
27. Tipos, composição, emprego, manuseio e segurança na utilização;
28. Emprego tático dos equipamentos e tecnologias não-letais;
29. Identificação das principais tecnologias não letais, EPI, EPC com a realização de oficinas simuladas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, Alexandre Flecha & CAMPOS, Colemar Elias. Técnicas do tiro ao alvo: breve histórico e orientações. Ed. Independente, Goiania, 1989;

GIRALDI, Nilson. IPSC X Pista Policial. ed. PMESP. São Paulo. 1996;

GOIAS. PMGO. Procedimento Operacional Padrão - POP. 2003;

MATHIAS, José J. D'Andrea & BARROS, Saulo C. Rego. Manual Básico de Armas de Defesa. ed. Magnum. São Paulo. 1997;

LIMA, João Cavalim de. Atividade Policial e Confronto Armado. Curitiba: Juruá, 2005;

MINAS GERAIS. PMMG Manual de Prática Policial – Volume I, Belo Horizonte, 2002;

SCHODER, André Luiz Gomes. Artigo – Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei. ed. Independente. Goiânia. 2000;

ONU, Princípios Básico de Uso da Força e Armas de Fogo – PBUFAF;

ONU, Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei – CCEAL.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Delegado	213910-3	José Oliveira Silvestre Júnior

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS**DISCIPLINA 11**
DEFESA PESSOAL POLICIAL
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimento e domínio sobre técnicas de defesa pessoal policial e táticas de imobilizações, necessárias à preservação da integridade física de terceiros e do policial no exercício legal de suas atribuições, em estrita observação e respeito aos princípios que norteiam a cidadania e os direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Técnicas de saída de pegada no punho;
2. Técnicas de saída de pegada no punho com imobilização;
3. Técnicas de imobilização e condução: chave de ombro; chave de punho; chave de cotovelo; chave de punho para trás;
4. Defesa contra agarramento: saída contra agarramento pela frente por cima dos braços; saída contra agarramento pela frente por baixo dos braços; saída contra agarramento por trás por cima dos braços; saída contra agarramento por trás por baixo dos braços;
5. Defesa contra agarramento: saída contra esganadura; saída contra gravata lateral;
6. Defesa contra golpes contundentes: defesa contra chute frontal; defesa contra chute lateral; defesa contra soco frontal; defesa contra soco lateral;
7. Defesa contra agressão com armas: defesa contra agressão com faca por cima (descendente); defesa contra agressão com faca por baixo (ascendente); defesa contra agressão com faca no tórax; defesa contra agressão com faca lateral (circular); defesa contra agressão com arma de fogo apontada no tórax; defesa contra agressão com arma de fogo apontada no cabeça; defesa contra agressão com arma de fogo apontada nas costas; defesa com tomada antecipada ao saque, contra agressão com arma de fogo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Apostila Defesa Pessoal - SENASP (Academia de Polícia de Alagoas);
CORREA FILHO, Albano Augusto Pinto, (1986), *Manual de ataque e defesa*. Belo Horizonte;
DUNCAN, Oswaldo. (1979), *Judô katas*, Rio de Janeiro, Tecnoprint;
LASSERRE, Robert. *Atemis e jiu-jitsu*. São Paulo, Mestre Jou;
ROBERT, Luis. (1968), *O judô*. 4. ed. Portugal, Editorial Noticias;
SHIODA, Gozo. (1991), *Dinamicaikido*. 15. ed. Tóquio, Kodansha Internacional;
TOHEI, Koichi. (1977), *Aikido y autodefesa*. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Glem.UESSHIBA;
KISSHOMARU. (1990), *Sikido: la pratica*. Madri, Editorial Eyra.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Delegado	191755-2	Bruno Caaete Chacon
Comissário	151698-1	Harlan de Andrade Barcelos

DISCIPLINA 12
ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO
Carga Horária: 60 horas

EMENTA: Instrução tática e técnica dos policiais com os principais armamentos utilizados pela instituição, bem como os princípios de montagem e desmontagem de armamentos e os conceitos do tiro policial propriamente dito.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Histórico e evolução das armas de fogo. Especificidade de uso na função policial e suas responsabilidades. Diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública;
2. Apresentar os principais conceitos, a classificação dos armamentos, os processos de disparo e sistemas de funcionamento. Apresentar as munições utilizadas pela instituição. Apresentar as noções gerais sobre balística. Realizar a Iniciação ao tiro policial. Definir as condutas e segurança na prática do tiro. Apresentar as características do tiro policial; Apresentar e executar os fundamentos do tiro policial;
3. Apresentação dos armamentos. Características. Mecanismos de segurança. Funcionamento. Munição utilizada. Emprego operacional. Apresentação do EPI;
4. Inspeção Preliminar. Montagem e Desmontagem (teoria e prática);
5. Manejo. Manutenção e Guarda;
6. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com Pistola. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Pt / Pt backup). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos;
7. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com MT .40. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Mt/Pt). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com a Espingarda Cal. 12. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Esp. 12/Pt). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos. **Iniciação ao tiro no STAND (Procedimentos e condutas de segurança).**
8. Avaliação prática de montagem e desmontagem da PT 840.
9. Avaliação prática de manejo com os seguintes armamentos: PT 840, Mt Cal. .40 e Espingarda Cal. 12.
10. Realizar **50 disparos** com a PT .40.
11. Realizar **30 disparos** com a MT .40.
12. Realizar **12 disparos** com a Espingarda Cal. 12.
13. Efetuar **20 disparos** de precisão para treino com a PT .40.
14. Avaliação de tiro de precisão com a PT .40, com **10 disparos**.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. Manual de Tiro Policial. Capitão, PMPE; Coleção Armas Ligeiras de Fogo. Editora Del Prado.1996;

ONU. Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei;

GIRALDI, Nilson. Manual "O Tiro Defensivo na Preservação da Vida" – 513 – Manual da Pistola Semi-automática .40 S&W. São Paulo;

GIRALDI, Nilson. DVD "O Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi". São Paulo;

Portaria do Comando Geral da PMPE – Regulamenta para armas: http://www2.pm.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=13029&folderId=91751&name=DLFE-9890.pdf

Lei nº10.826/2003 – Estatuto do desarmamento: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm;

Decreto nº 4,123/2004 – Regulamenta o registro e o porte de Armas: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5123.htm.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Agente	319738-7	José Carlos Costa Andrade
Comissário	126677-2	Maria Edilene de Siqueira Barreto

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

FORMAÇÃO TÉCNICO-ESPECIALIZADA
Carga Horária: 414 horas

DISCIPLINA 13
ANÁLISE CLASSIFICATÓRIA DAS IMPRESSÕES PAPILARES
Carga Horária: 60 horas

EMENTA: Conhecimento dos elementos históricos, conceituais e teórico-práticos, para a efetivação da identificação humana através da classificação, arquivamento, pesquisa e confrontação papiloscópica; Explanação das diversas perícias civis e criminais, para o atendimento das autoridades policiais e judiciárias, bem como a sociedade uma maneira geral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Identidade, Identificação e Individualização;
2. Evolução dos métodos de identificação humana;
3. Histórico da Papiloscopia;
4. Papiloscopia: conceito, princípios científicos e divisão;
5. Estrutura da Pele: conceito e divisão;
6. Datiloscopia: conceito e divisão.
7. Elementos Constitutivos do datilograma:
 - 7.1. Sistemas de linhas e linhas diretrizes;
 - 7.2. Delta;
 - 7.3. Cristas e Sulcos de Fricção;
 - 7.4. Poros;
 - 7.5. Linhas Albodatiloscópicas.
8. Tipos fundamentais de impressões datiloscópicas:
 - 8.1. Arco;
 - 8.2. Presilhas;
 - 8.3. Verticilo;
 - 8.4. Cicatriz;
 - 8.5. Amputação;
 - 8.6. Anômalos.
9. Anomalias e Tipos acidentais de datilogramas;
10. Técnicas de coleta de impressões datiloscópicas;
11. Classificação primária dos datilogramas;
12. Subclassificação dos tipos fundamentais de impressões datiloscópicas:
 - 12.1. Arco;
 - 12.2. Presilha Interna;
 - 12.3. Presilha Externa;
 - 12.4. Verticilo.
13. Subclassificação dos datilogramas;
14. Contagem de linhas dos datilogramas nas: Presilhas e Verticilos;
15. Análise e confrontação das impressões papilares;
16. Assinalamento dos pontos individualizadores;
17. Exercícios práticos de análise classificatória das impressões datiloscópica: classificação, subclassificação, contagem de linhas;
18. Organização e operacionalização dos arquivos de identificação humana:
 - 18.1. Índices nominais;

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

- 18.2. Prontuários civis;
- 18.3. Individuais datiloscópicas.
19. Codificação e confrontação das impressões papilares.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AMARAL, Flávio Antônio Azevedo e CODEÇO, Álvaro Gonçalves. Identificação humana pela dactiloscopia. 3ª Ed. DPF, 1992.

ARAÚJO, Álvaro Placeres. Manual de dactiloscopia.

ARAÚJO, Marcos Elias Cláudio e PASQUALI, Luiz. Datiloscopia: A determinação dos dedos. 1ª Ed. Brasília: LabPAM – Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida, 2006

CABALLERO, Samuel Alfonso delgado. Papioscopia - Certeza ou dúvida? Apologia à Micropapioscopia. 1 ed. São Paulo: Millenium, 2012.

CAMPOS, M. S, et al. Compêndio de medicina legal aplicada. Editora Universidade de Pernambuco. Recife: 2000.

CODEÇO, Álvaro Gonçalves. Identificação humana pela dactiloscopia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Reimpresso, ANP/DPF, 1992.

CULCLASURE, D.F.: A PELE, TEXTOS PROGRAMADOS DE ANATOMIA E FISILOGIA. TRADUÇÃO, MÁRIO ALVES PEDRO. SÃO PAULO, EDGAR BLUCHER, BRASÍLIA. ED. DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1973.

FIGINI, Adriano Roberto da Luz. Datiloscopia e Revelação de Impressões Digitais. 1 ed. São Paulo: Millenium, 2012.

FRANÇA, G. V. (2004), Medicina Legal. 7ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan.

JUNQUEIRA, L. C.: CARNEIRO, J. Histologia básica. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara KOOGAN, 2008.

KEDHY, CARLOS. PAPILOSCOPIA. SSP/SP, 1962.

KEDHY, CARLOS. ELEMENTOS DE DACTILOSCOPIA. EDITORA CIENTÍFICA, RJ, 1968.

NOGUEIRA, P.S.B. (2006), Apostila de Estrutura epitelial aplicada à papioscopia. Recife, SDS/PE.

APOSTILA DE PAPILOSCOPIA POLICIAL. Curso de Formação de Datiloscopista Policial, SDS/PE, 2008.

MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA, 1987, Publicação do Instituto Nacional de Identificação, Departamento de Polícia Federal, Brasília

CABALLERO, Samuel Alfonso Delgado. Microlofoscopia. Colombia, 2008.

DIAS, Celso. Papioscopia: uma verdadeira ciência.

aspapi.com.br/downloads/.../2-artigos-cientificos?...papioscopia-uma-verdadeira-cien...

<https://educavita.blogspot.com.br/2013/11/a-caverna-das-maos-na-patagonia.html>

<http://www.brasilecola.com/curiosidades/dermatoglifia.htm>

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papioscopista	125.851-6	Paulo Sérgio Bezerra Nogueira

DISCIPLINA 14 FOTOGRAFIA FORENSE Carga Horária: 34 horas

EMENTA: Conhecimento da história da fotografia; fotografia digital; fotografia forense, bem como o uso da câmera fotográfica e das técnicas de fotografia forense, linguagem fotográfica e tratamento de imagens. Conhecimento de técnicas de busca, revelação e levantamento de impressões papilares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

- 1.1. Histórico da fotografia Forense;
- 1.2. A fotografia contextualizada ao Instituto de Identificação Tavares Buril – IITB
- 1.3. Legislação referente a fotografia.
2. A câmera Fotográfica;
 - 2.1. Componentes da câmera fotográfica (corpo, diafragma, obturador, disparador, visor, fotômetro e objetivas);
 - 2.2. Tipos de arquivos (JPG, NEF, CR2, RAW.)
3. Princípios da Composição Fotográfica;
 - 3.1. Enquadramento;
 - 3.2. Regra dos terços • Macro fotografia;
 - 3.3. Textura;
 - 3.4. Luz;
 - 3.5. Foco;
 - 3.6. Flash.
 - 3.7. Uso da luz forense.
4. Fotografia na perícia papiloscópica:
 - 4.1. Fotografia na identificação criminal;
 - 4.2. Fotografia na identificação necropapiloscópica;
 - 4.3. Fotografia de fragmentos de impressões papilares.
5. Tipos de impressões papilares;
6. Tipos de superfícies favoráveis à revelação de impressões papilares;
7. Procedimentos preliminares ao levantamento de impressões papilares: Requisição, Preparação e Plano de Busca;
8. Revelação e Levantamento de impressões papilares;
9. Revelação, fotografia, levantamento, acondicionamento e transporte de impressões papilares.
10. Tratamento de imagens: Operações básicas (Photoshop).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ALVES, Márcia Cordeiro; NOGUEIRA, Paulo Sérgio. Apostila do curso de formação de datiloscopista policial: levantamento de impressões papilares em locais de crime. Pernambuco: IITB, 2008.

ARAÚJO, C. J.; MULLER, J. E. F.; BATISTA, R. Perícia papiloscópica. 2ª. ed. Brasília: Ed. ANP, 2000.

ARAÚJO, Clemit. Papiloscopia 1. SENASPE/MJ, 2009.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

AVARES JUNIOR, Gilberto da S. A papiloscopia nos locais de crime: manual prático e teórico. São Paulo: Ícone, 1991.

BRAZ, Eduardo. Fotografia aplicada à identificação. 1ª Edição, Brasília: Caderno Didático – Academia Nacional de Polícia do DPF, 2004.

BUSSELE, Michael. Tudo sobre Fotografia. 4ª Ed.. São Paulo: Livraria Pioneira Editora 1988

OLIVEIRA JR., Antônio Ribeiro de. Manual de Fotografia – Modulo 2. Rio de Janeiro: Senac, 1993

LANGFORD, Michael.. Aprendizado da Fotografia - Iniciação. Lisboa: Editora Presença, 1979;

FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina Legal 10ª edição. Editora: Guanabara Koogan, 2015

BARTHES, Ronald. O Óbvio e o Obtuso. Editora Nova Fronteira.

BARTHES, Roland.(1989).A Câmara Clara. São Paulo: Edições 70.

AUMONT, Jacques. A Imagem. Campinas, SP : Papirus, 1993.

ARNHEIM, Rudolf. Arte & Percepção visual: Uma psicologia da visão criadora. São Paulo : Pioneira Thompson, 2005

DUBOIS, Philippe. O Ato Fotográfico. Campinas: Papirus, 1993.

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. Campinas, SP : Papirus, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. Imagem: Cognição, Semiótica, Mídia. São Paulo, Iluminuras, 1998.

TOCCHETTO, Domingos (org.). **Dactiloscopia e revelação de impressões digitais**. São Paulo: Millennium, 2012.

VELHO, Jesus Antônio; COSTA, Karina Alves; DAMASCENO, Clayton Tadeu Mota (org.). **Locais de Crime**. Campinas: Millennium, 2013

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papiloscopista	313.653-1	Fabiana Braz de Souza Moraes
Perito Papiloscopista	297.244-1	Rudimar Souza Lima

DISCIPLINA 15 IDENTIFICAÇÃO CIVIL Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Conhecimento teórico e prático referente à identificação civil; coleta, pesquisa e confronto das impressões papiloscópicas; aplicação da legislação específica, preenchimento, arquivamento dos formulários civis. Compreensão das etapas e dos processos da identificação Civil, com a utilização do sistema informatizado para a emissão da carteira de identidade dentro dos critérios legais e éticos. Conhecimento do histórico e da legislação aplicada à identificação civil, dos modelos de certidões, certificados e da normatização que a rege; Compreensão dos processos e etapas da identificação Civil com o emprego dos aspectos legais da identificação humana.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Identificação civil: histórico e finalidade;
2. Apresentação da Legislação empregada:
 - 2.1. Lei 6015/73;
 - 2.2. Lei 7116/83;
 - 2.3. Decreto 89250/83;

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

- 2.4. Demais legislações vigentes.
3. Definição e emprego da legislação no processo de Identificação Civil;
4. Modelos de:
 - 4.1. Certidão de nascimento e casamento;
 - 4.2. Certificados: Igualdade de Diretivos e Deveres;
 - 4.3. Naturalização.
5. Casos Especiais:
 - 5.1. Brasileiro nato nascido no exterior;
 - 5.2. Segundo casamento;
 - 5.3. Adoção;
 - 5.4. Reconhecimento de paternidade;
 - 5.5. Idoso;
 - 5.6. Mudança de gênero;
 - 5.7. Identificação indígena;
 - 5.8. Demais casos.
6. Normatização que rege a identificação civil/carteira de identidade:
 - 6.1. Fotos e perfuração;
 - 6.2. Impressões digitais;
 - 6.3. Carimbos;
 - 6.4. Taxas.
7. Coleta de dados com e sem o sistema informatizado;
8. Prática de análise dos documentos e normas que regem a emissão da carteira de identidade;
9. Procedimento da Identificação Civil:
 - 9.1. Análise documental;
 - 9.2. Cadastro dos dados;
 - 9.3. Coleta das impressões digitais;
 - 9.4. Escaneamento da cédula;
 - 9.5. Conferência preliminar do serviço.
10. Casos Especiais na emissão do documento de identidade:
 - 10.1. Brasileiro nato nascido no exterior;
 - 10.2. Segundo casamento;
 - 10.3. Adoção;
 - 10.4. Reconhecimento de paternidade;
 - 10.5. Idoso;
 - 10.6. Mudança de gênero;
 - 10.7. Identificação indígena;
 - 10.8. Demais casos.
11. Arquivo Civil e suas diversas modalidades de pesquisa:
 - 11.1. Índice nominal;
 - 11.2. Prontuário civil.
12. Arquivo Civil e suas diversas modalidades de pesquisa:
 - 12.1. Individual datiloscópica;
 - 12.2. Livros.
13. Prática de análise dos documentos e normas que regem a emissão da carteira de identidade;
14. Aula prática nos Expressos Cidadão/IITB;

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

LEI Nº 7.116, DE AGOSTO DE 1983.

DECRETO Nº 89.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1983.

NOTA EXPLICATIVA SOBRE A NOVA CARTEIRA DE IDENTIDADE.

CONVENÇÃO SOBRE IGUALDADE DE DIREITOS E DEVERES ENTRE BRASILEIROS E PORTUGUESES –
DEC. Nº 12 DE ABRIL DE 1972.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

LEI Nº 8.842, DE 04 DE JANEIRO DE 1994.

LEI Nº 10.048 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2000.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - DO RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE (Lei 8560, de 29 de dezembro de 1992).

LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977.

LEI Nº 9.434 DE 04 DE FEVEREIRO DE 1997.

DECRETO Nº 2.268, DE 30 DE JUNHO DE 1997.

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995.

DECRETO Nº 2.170, DE 04 DE março DE 1997.

LEI Nº 9.454, DE 07 DE ABRIL DE 1997.

DECRETO Nº 7.166, DE 05 DE MAIO DE 2010.

LEI Nº 6.001 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973.

CONSULTA A GERÊNCIA JURÍDICA SDS – PARECER nº 106/2007 GGAJ-SDS.

NOVO CÓDIGO CIVIL.

CÓDIGO PENAL (DA FALSIDADE DOCUMENTAL, DE OUTRAS FALSIDADES e demais legislações atualizadas).

AMARAL, Flávio Antônio Azevedo e CODEÇO, Álvaro Gonçalves. Identificação humana pela dactiloscopia. 3ª Ed. DPF, 1992.

ARAÚJO, Álvaro Placeres. Manual de datiloscopia.

ARAÚJO, Marcos Elias Cláudio e PASQUALI, Luiz. Datiloscopia: A determinação dos dedos. 1ª Ed. Brasília: LabPAM – Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida, 2006.

CODEÇO, Álvaro Gonçalves. Identificação humana pela dactiloscopia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Reimpresso, ANP/DPF, 1992.

MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA, 1987, Publicação do Instituto Nacional de Identificação, Departamento de Polícia Federal, Brasil.

APOSTILA DE PAPILOSCOPIA POLICIAL. Curso de Formação de Datiloscopista Policial, SDS/PE, 2008.

AZEVEDO, N.S., PENHA, D. M. e NOGUEIRA, P. S. B. (2002), Apostila de Identificação Civil, Criminal e Necropapiloscópica. Pernambuco, Recife, SDS.

CNJ - Provimentos do Conselho Nacional de Justiça/relativos a emissão das certidões de nascimento e casamento.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papiloscopista	151.420-2	Dulcinéia Maria da Penha

DISCIPLINA 16 **IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL** Carga Horária: 46 horas

EMENTA: Conhecimento da finalidade e da legislação referente a Identificação criminal e sua importância como meio de individualização para o processo penal, bem como a informatização e o arquivamento das impressões. Conhecimento de técnicas de busca, revelação, levantamento e apreensão de impressões papilares. Aprendizado da elaboração de laudos de perícia papiloscópica a partir de processos de identificação de suspeitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Finalidade;
2. Aplicação e reflexos da identificação criminal;

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

3. Legislação;
4. Identificação Criminal após a Constituição de 1988;
5. Cronologia e interpretação das leis 8.069/90, 9.034/95, 10.217/01, 11.340/06 e 10.054/2000
6. Análise Sistemática da Lei 12.037/2009;
7. Dos Delitos relacionados a identificação criminal;
8. Procedimentos técnicos da identificação criminal;
9. Requisitos e formalidades da Identificação criminal;
10. Boletim de Identificação criminal;
11. Laudo de Constatação;
12. O papel da identificação na audiência de custódia e nos Juizados Especiais de Grandes Eventos;
13. Cadastro Criminal;
14. Formação do cadastro criminal;
15. Antecedentes Criminais;
16. Sistema Informatizado de identificação criminal;
17. Manutenção de prontuários;
18. Pesquisa Nada Consta;
19. Pesquisa ficha Criminal;
20. Emissão de documentos;
21. Relatórios de procedimentos, gerenciais e de auditoria;
22. Levantamento de impressões papilares e identificação de suspeitos;
23. Perícia papiloscópica;
24. Legislação aplicada à perícia papiloscópica;
25. Revelação e coleta de impressões papilares;
26. Análise de fragmentos de impressões papilares, Confronto Papiloscópico e processo de individualização de suspeitos;
27. Laudo Papiloscópico.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- ALVES, Márcia Cordeiro; NOGUEIRA, Paulo Sérgio. Apostila do curso de formação de datiloscopista policial: levantamento de impressões papilares em locais de crime. Pernambuco: IITB, 2008.
- ARAÚJO, C. J.; MULLER, J. E. F.; BATISTA, R. Perícia papiloscópica. 2ª. ed. Brasília: Ed. ANP, 2000.
- ARAÚJO, Clemil. Papiloscopia 1. SENASPE/MJ, 2009.
- BRASILEIRO, Renato. Legislação Criminal Especial Comentada. 3 ed., Bahia: Jusposdium, 2015.
- CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal: Parte Especial. 8 ed., Bahia: Juspodium, 2016.
- GRECCO, Rogério. Curso de direito penal. 14 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.
- PRADO, Luiz Regis et al. Curso de Direito Penal brasileiro. 14 ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 12 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Processual Penal Esquemático. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- RODRIGUES, Inaldo Menezes; SILVA, Ivoneide Constantino. Apostila de Identificação Criminal. Recife: SDS-PE, 2008.
- SOBRINHO, Mário Sérgio. A identificação criminal. São Paulo: Editora. Papiloscopia forense. Porto Alegre: Andi, ano 1, n.2, p.34-38, Jan/2010.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

TAVARES JUNIOR, Gilberto da S. A papiloscopia nos locais de crime: manual prático e teórico. São Paulo: Ícone, 1991.

TOCCHETTO, Domingos (org.). Dactiloscopia e Revelação de Impressões Digitais. São Paulo: Millennium, 2012.

VELHO, Jesus Antônio; COSTA, Karina Alves; DAMASCENO, Clayton Tadeu Mota (org.). Locais de Crime. Campinas: Millennium, 2013

ZARZUELA, José Lopes et al. Laudo pericial: aspectos técnicos e jurídicos. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

<http://abrapol.org.br> – Revista Impressões/Periódicos.

<http://www.pactopelavida.pe.gov.br>.

<http://papiloscopistas.org.br>.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papiloscopista	125.883-4	Ivoneide Constantino da Silva
Perito Papiloscopista	297.244-1	Rudimar Souza Lima

DISCIPLINA 17 IDENTIFICAÇÃO NECROPAPILOSCÓPICA

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Introdução a perícia necropapiloscópica; Abordagem dos aspectos legais da necropapiloscopia; Biossegurança; Conhecimento dos Processos Transformativos Cadavéricos; Avaliação das condições dos corpos e condições para coleta; Procedimentos de limpeza do corpo objeto da perícia necropapiloscópica; Apresentação de métodos de coleta e fotos de impressões necropapilares; Apresentação de técnicas de preparação e reabilitação da pele; Compreensão dos procedimentos para identificação de corpos ignorados, confronto entre impressões PM e impressões AM e elaboração de Laudo Pericial Necropapiloscópico; Apresentação de procedimentos nos locais de desastres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceito;
2. Introdução a necropapiloscópica;
3. Biossegurança;
4. Processos Transformativos Cadavéricos;
5. Procedimentos de limpeza do corpo objeto da perícia necropapiloscópica;
6. Apresentação de métodos de coleta e fotos de impressões necropapilares;
7. Métodos de coleta e tipos de impressões necropapilares;
8. Apresentação de técnicas de preparação e reabilitação da pele;
9. Técnicas de preparação e reabilitação da pele;
10. Elaboração de Laudo Pericial Necropapiloscópico;
11. Confronto;
12. Apresentação de procedimentos nos locais de desastres em massa.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ARAÚJO, C J, IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA, MJ-SENASP, 2000.

IDENTIFICAÇÃO, INSTITUTO NACIONAL DE – MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA, – DPF/DF – 1987.

MORAIS, JUREMA A. P. – APOSTILA DE PERÍCIA NECROPAPILOSCÓPICA, 2003.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

GAROFANO, GABRIELA. SOUZA, SELMA MARIA DE. FERREIRA, TATIANA - APOSTILA CURSO DE NECROPAPILOSCOPIA, MJ-SENASP, 2013.

FRANÇA, GENIVAL VELOSO DE, MEDICINA LEGAL / GENIVAL VELOSO DE FRANÇA. - 10. ED. - RIO DE JANEIRO: GUANABARA KOOGAN, 2015.

[HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/ANEXO:LISTA_DOS_MAIORES_DESASTRES_NATURAIS](http://pt.wikipedia.org/wiki/ANEXO:LISTA_DOS_MAIORES_DESASTRES_NATURAIS).

[HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/RESILIÊNCIA_\(PSICOLOGIA\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/RESILIÊNCIA_(PSICOLOGIA)).

[HTTP://APPES.COM.BR/PORTAL/CURIOSIDADES/547-IDENTIFICACAO-CADDAVERICA.HTML](http://appes.com.br/portal/curiosidades/547-identificacao-cadaaverica.html).

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papiloscopista	281.220-7	Shirley Wanessa do Nascimento

DISCIPLINA 18 IDENTIFICAÇÃO NEONATAL

Carga Horária: 14 horas

EMENTA: Conhecimento da história, dos conceitos, objetivos e a legislação aplicada a identificação do neonato, bem como fornecimento dos procedimentos técnicos para a coleta das suas impressões podoscópicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- História da identificação podoscópica:
 - Conceito;
 - Finalidade.
 - Elementos Científicos;
 - Legislação específica.
- Elementos Técnicos;
- Vernixcaseosa;
- Embriologia da pele;
- Identificação do Neonato na Sala de Parto;
- Método de coleta de impressões podoscópica;
- Sistema biométrico do neonato;
- Exercício prático de coleta de impressões do neonato;

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ALMEIDA, A. P. (1960), Manual de Dactiloscopia. São Paulo, Serviço Gráfico da SSP/São Paulo.

AMARAL, Flávio Antonio A. e CODEÇO, Álvaro G. (1992), Identificação Humana pela Dactiloscopia. 3ª Edição. Serviço Gráfico do Departamento de Polícia Federal.

ARAÚJO, C. J.; MULLER, J. E. F.; BATISTA, R. Perícia papiloscópica. 2ª. ed. Brasília: Ed. ANP, 2000.

WADA, Luís Hiroshi. A Identificação Neonatal: garantia de proteção integral à criança. São Paulo, 2012. Monografia (Especialização) – ACADEPOL: Polícia Civil. Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”. 2012.

WEINGAERTNER, Daniel. Aquisição de impressões palmares em formato digital para identificação biométrica de recém-nascidos. Curitiba, PR, 2007, 120f. Dissertação (Doutorado em saúde da criança e do adolescente). Universidade Federal do Paraná, UFPR.

AZEVEDO, N.S., PENHA, D. M. e NOGUEIRA, P. S. B. (2002), Apostila de Identificação Civil, Criminal e Necropapiloscópica. Pernambuco, Recife, SDS.

REZENDE, J.H. (1981), Identificação e Dactiloscopia. Brasília, Serviço de Identificação do Exército Brasileiro.

ZARZUELA, José Lopes et al. Laudo pericial: aspectos técnicos e jurídicos. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

<http://abrapol.org.br> – Revista Impressões/Periódicos.

Artigo: www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/wim/2011/008.pdf.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papiloscopista	126.180-0	Nilma da Silveira Azevedo

DISCIPLINA 19 ESTRUTURA EPITELIAL APLICADA À CIÊNCIA PAPILOSCOPICA Carga Horaria: 20 horas

EMENTA: Conhecimento metodológico-científico da estrutura epitelial e técnico-científico da papiloscopia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceituar: estrutura epitelial, ciência, papiloscopia e técnico científico;
2. Descrever as descobertas científicas associadas à papiloscopia historicamente relevantes;
3. Inter-relacionar o conteúdo desta disciplina com a aplicação nos diversos setores papiloscópico-periciais;
4. Exercício prático no laboratório de informática em banco de dados: Plataforma Lattes – Cadastrar/atualizar curriculum vitae pessoal usando como modelo o Lattes de outros profissionais Peritos Papiloscopistas presentes no Banco de Dados;
5. Exercício prático no laboratório de informática em banco de dados: Plataforma Lattes – Buscar currículo Lattes na plataforma através dos filtros: formação acadêmica, atuação profissional, atividade profissional e áreas ou setores de atuação em ciência e tecnologia com objetivo de selecionar pesquisas e artigos científicos relacionados a atividade de perícia papiloscópica;
6. Exercício prático no laboratório de informática em banco de dados: National Center for BiotechnologyInformation (NCBI) – Realizar pesquisa e filtragem através dos termos: Fingerprint, Fingerprint crime sceneinvestigation e Fingerprintsfrequencyminutiae para visualizar o estado da arte desses assuntos dentro da ciência atual;
7. Exercício prático no laboratório de informática em banco de dados: National Center for BiotechnologyInformation (NCBI) – Realizar a seleção dentre os artigos científicos encontrados e formatar resumos seguindo os critérios de metodologia científica escrita, oral e de apresentação;
8. Exercício prático no laboratório de informática em banco de dados: [Portal de Periódicos CAPES/MEC](#)– Realizar a busca pelos artigos científicos encontrados no NCBI dos termos: Fingerprint, Fingerprint crime sceneinvestigation e Fingerprintsfrequencyminutiae;
9. Exercício prático no laboratório de informática em banco de dados: [Portal de Periódicos CAPES/MEC](#)– Realizar a seleção dentre os artigos científicos encontrados e formatar resumos seguindo os critérios de metodologia científica escrita, oral e de apresentação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- a) Básica

REIS, Albani Borges dos. Metodologia Científica em Perícia Criminal. Brasil: 3ª edição, editora Millennium editora, 2016.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Página WEB:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/>

b) Complementar

ESPINDULA, Alberi, VELHO, Jesus Antônio, GEISER, Gustavo. Ciências Forenses. Brasil: 2ª edição, editora Millennium editora, 2013

VELHO, Jesus Antônio, DAMASCENO, Clayton Tadeu Mota, COSTA, Karina Alves. Locais de Crime. Brasil: 1ª edição, editora Millennium editora, 2013

FIGINI, Adriano Roberto da Luz. Datiloscopia e revelação de impressões digitais. Brasil: 3ª edição, editora Millennium editora, 2012

BRUNI, Aline Thaís, VELHO, Jesus Antônio, OLIVEIRA, Marcelo F. Fundamentos de Química Forense. Brasil: 1ª edição, editora Millennium editora, 2012

JOBIM, Luiz F, COSTA, Luís R, COSTA, Moacyr da. Identificação Humana. Brasil: 2ª edição, editora Millennium editora, 2011

CABALLERO, Samuel Alfonso Delgado. Papiloscopia. Brasil: 1ª edição, editora Millennium editora, 2011

Páginas WEB:

<http://lattes.cnpq.br/>

<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papiloscopista	283.414-3	Anna Theresa Liberal

DISCIPLINA 20
PAPILOSCOPIA FORENSE
Carga Horária: 14 horas

EMENTA: Conhecimentos dos mecanismos de segurança da emissão da carteira de identidade e das pesquisas nos diversos arquivos do Instituto de identificação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Carteira de identidade:
 - Mecanismos de segurança;
 - Elementos constitutivos;
 - Modelos.
- Elementos de legislação e normatização interna da carteira de identidade:
 - Quanto ao preenchimento dos dados da cédula;
 - Quanto à fotografia;
 - Quanto à chancela e perfuração;
 - Quanto aos diversos carimbos utilizados.
- Métodos de pesquisas:
 - Onomásticas;
 - Numérica (RG);
 - Datiloscópicas;
 - Sistemas informatizados.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AMARAL, Flávio Antônio Azevedo e CODEÇO, Álvaro Gonçalves. Identificação humana pela dactiloscopia. 3ª Ed. DPF, 1992.

ARAÚJO, C. J.; MULLER, J. E. F.; BATISTA, R. Perícia papiloscópica. 2ª ed. Brasília: Ed. ANP, 2000.

ARAÚJO, Marcos Elias Cláudio e PASQUALI, Luiz. Datiloscopia: A determinação dos dedos. 1ª Ed. Brasília: LabPAM – Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida, 2006

FILHO, Antonio Maciel Aguiar, Apostila do Curso Documentoscopia aplicada à Identidade, Goiânia, 2012.

ZARZUELA, José Lopes et al. Laudo pericial: aspectos técnicos e jurídicos. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

APOSTILA DE PAPILOSCOPIA POLICIAL. Curso de Formação de Datiloscopista Policial, SDS/PE, 2008.

MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA, 1987, Publicação do

NOGUEIRA, P.S.B. (2006), Apostila de Estrutura Epitelial Aplicada à Papiloscopia. Recife, SDS/PE.

Instituto Nacional de Identificação, Departamento de Polícia Federal, Brasília.

DIAS, Celso. Papiloscopia: uma verdadeira ciência.

aspapi.com.br/downloads/.../2-artigos-cientificos?...papiloscopia-uma-verdadeira-cien...

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papiloscopista	313.638-8	Samara Moreira de Paiva

DISCIPLINA 21
PRÁTICA FORENSE
Carga Horária: 40 horas

EMENTA: Conhecimento da utilização prática da Papiloscopia como método preciso e seguro nas atividades de identificações civil, criminal, necropapiloscópica, neonatal; bem como da representação facial e corporal humana, como atividades de identificação humana através da papiloscopia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Identificação Civil
 - 1.1 Arquivos de Prontuários, Índices Nominais e Individuais Datiloscópicas civis;
 - 1.2. Processamento da Identificação Civil dos Postos do IITB;
 - 1.3. Análise da Falsificação e adulteração da carteira de identidade;
2. Emissão de Carteira de Identidade
 - 2.1.Processamento da Carteira de Identidade no Expresso Cidadão;
 - 2.2.Processamento da Identificação Criminal na Central de Flagrantes
3. Prática de Identificação Civil
 - 3.1. Sistema de Identificação Civil;
 - 3.2.Processamento da liberação da carteira de identidade no Setor de Retaguarda
4. Antecedentes Criminais
 - 4.1.Processamento da Identificação Criminal na sede do IITB;
 - 4.2. Emissão dos antecedentes criminais e seus desdobramentos legais
5. Representação Facial Humana
 - 5.1. Aplicação das técnicas de elaboração da Representação Facial e Corporal Humana;
6. Identificação Neonatal
 - 6.1. Conhecimento das técnicas de Identificação Neonatal;
7. Identificação Necropapilar
 - 7.1. Aplicação das técnicas de coleta das impressões necropapilares dos corpos do IML-Recife;
8. Prática de Identificação necropapiloscópicas

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

8.1 Utilização da metodologia para a identificação dos corpos necropsiados no IML-PE;

8.2 Confeção dos laudos periciais necropapiloscópicos

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ALVES, Márcia Cordeiro; NOGUEIRA, Paulo Sérgio. Apostila do curso de formação de datiloscopista policial: levantamento de impressões papilares em locais de crime. Pernambuco: IITB, 2008.

- AMARAL, Flávio Antônio Azêvedo e CODEÇO, Álvaro Gonçalves, Identificação humana pela dactiloscopia, 3ª edição, 1992 – Serviço do Departamento de Polícia Federal, Brasília – DF.

- ARAÚJO, Álvaro Placeres, Manual de dactiloscopia.

- ARAÚJO, Marcos Elias Cláudio e PASQUALI, Luiz. Datiloscopia: A determinação dos dedos. 1ª Ed. Brasília: LabPAM – Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida, 2006.

- AZEVEDO, N.S., PENHA, D. M. e NOGUEIRA, P. S. B. (2002), *Apostila de Identificação Civil, Criminal e Necropapiloscópica*. SDS – Pernambuco, Recife.

- CABALLERO, Samuel Alfonso Delgado, Papiloscopia – Certeza ou Dúvida? Apologia a micropapiloscopia, 2012 – Editora Millennium, Campinas-SP.

- ARAÚJO, Clemil. Perícia Papiloscópica. 2. Ed. Brasileira: Academia Nacional de Polícia, 2000.

- FIGINI, Adriano Roberto da Luz. Datiloscopia e Revelação de Impressões Digitais. 1 ed. São Paulo: Millenium, 2012.

- KEHDY, Carlos, Papiloscopia, 1962, Serviço Gráfico da SSP-SP.

- NOGUEIRA, Paulo Sérgio Bezerra, Apostila Tecido Epitelial Aplicado à Papiloscopia. 2004- Senasp.

- REZENDE, José Haroldo, Identificação e dactiloscopia, 1ª Edição, 1981, Serviço de Identificação do Exército Brasileiro.

- WEINGAERTNER, Daniel. Aquisição de impressões palmares em formato digital para identificação biométrica de recém-nascidos. Curitiba, PR, 2007, 120f. Dissertação (Doutorado em saúde da criança e do adolescente). Universidade Federal do Paraná, UFPR.

- APOSTILA de Representação facial humana 1 e 2 - Curso do SENASP.

- MANUAL de Identificação papiloscópica, 1987, Publicação do Instituto Nacional de Identificação, Departamento de Polícia Federal, Brasília – DF.

- II-DF/Instituto de Identificação do Distrito Federal. Seção de Retrato Falado, Fotografia e Vídeo. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

CABALLERO, Samuel Alfonso Delgado. Microlofoscopia. Colombia, 2008.

- DIAS, Celso. Papiloscopia: uma verdadeira ciência.

- PROKOP, Ladislau. Levantamento de locais. Instituto de Criminalística do Estado de Minas Gerais, 1976.

- WADA, Luís Hiroshi. A Identificação Neonatal: garantia de proteção integral à criança. São Paulo, 2012. Monografia (Especialização) – ACADEPOL: Polícia Civil. Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”. 2012.

- ZARZUELA, José Lopes *et al.* (2000), *Laudo pericial aspectos técnicos e jurídicos*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais.

- II-DF/Instituto de Identificação do Distrito Federal. Seção de Retrato Falado, Fotografia e Vídeo. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

- aspapi.com.br/downloads/.../2-artigos-cientificos?...papiloscopia-uma-verdadeira-cien...

- <http://www.interpol.int/public/Forensic/fingerprints/WorkingParties/IEEGFI/ieegfiEs.asp>

- <https://edukavita.blogspot.com.br/2013/11/a-caverna-das-maos-na-patagonia.html>

- <http://www.brasilecola.com/curiosidades/dermatoglia.htm>

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perita Criminal	209.300-6	Sandra Maria dos Santos

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

DISCIPLINA 22
FUNDAMENTOS DA QUÍMICA APLICADOS À CIÊNCIA PAPILOSCÓPICA
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimento e utilização da Química como ferramenta aplicada à Papiloscopia, através do conhecimento básico dos compostos químicos envolvidos, aplicações destes na revelação de impressões papilares e a utilização de diversos equipamentos instrumentais necessários ao trabalho periciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Descrever a química das impressões papilares e a química da revelação;
2. Descrever os tipos de superfícies.
3. Métodos de revelação de impressões papilares latentes:
 - 3.1. Pós;
 - 3.2. Vaporização de cianocrilato e iodo;
 - 3.3. Ninidrina;
 - 3.4. Nitrato de prata;
 - 3.5. Outros.
4. Luz Forense:
 - 4.1. Tipos;
 - 4.2. Aplicações técnicas.
5. Métodos de revelação de impressões papilares com uso de luz forense:
 - 5.1. Pós Fluorescentes;
 - 5.2. DFO;
 - 5.3. Fluorocomos;
 - 5.4. Basic yellow;
 - 5.5. Ardrex.
6. Equipamentos:
 - 6.1. Câmaras de exaustão;
 - 6.2. Câmaras de vaporização;
 - 6.3. Luz forense.
7. Aula prática de revelação de impressões papilares podendo ser em laboratórios de papiloscopia do IITB.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AMARAL, Flávio Antonio A.; CODEÇO, Álvaro G. Identificação Humana pela Dactiloscopia. 3 ed. Serviço Gráfico do Departamento de Polícia Federal, 1992.

AZEVEDO, N.S., PENHA, D. M. e NOGUEIRA, P. S. B. Apostila de Identificação Civil, Criminal e Necropapiloscópica. SDS – PE: Recife, 2002.

BRASIL. Departamento de Polícia Federal. Identificação Papiloscópica. Instituto Nacional de Identificação: Brasília-DF, 1987.

CABALLERO, Samuel Alfonso delgado. Papiloscopia - Certeza ou dúvida? Apologia à Micropapiloscopia. 1 ed. São Paulo: Millenium, 2012.

FIGINI, Adriano. Datiloscopia e Revelação de Impressões Digitais. 1 ed. São Paulo: Millenium, 2012

REZENDE, J.H. Identificação e Dactiloscopia, Serviço de Identificação do Exército Brasileiro. Brasília – (1981).

TAVARES JÚNIOR, GILBERTO DA S. A Papiloscopia nos locais de crimes. São Paulo: Ícone, 1991.

REIS, Albani Borges dos. Metodologia Científica em Perícia Criminal. Brasil: 3ª edição, editora Millennium editora, 2016.

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/>

ESPINDULA, Alberi, VELHO, Jesus Antônio, GEISER, Gustavo. Ciências Forenses. Brasil: 2ª edição, editora Millennium editora, 2013.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

VELHO, Jesus Antônio, DAMASCENO, Clayton Tadeu Mota, COSTA, Karina Alves. Locais de Crime. Brasil: 1ª edição, editora Millennium editora, 2013.

FIGINI, Adriano Roberto da Luz. Datiloscopia e revelação de impressões digitais. Brasil: 3ª edição, editora Millennium editora, 2012.

BRUNI, Aline Thaís, VELHO, Jesus Antônio, OLIVEIRA, Marcelo F. Fundamentos de Química Forense. Brasil: 1ª edição, editora Millennium editora, 2012.

JOBIM, Luiz F, COSTA, Luís R, COSTA, Moacyr da. Identificação Humana. Brasil: 2ª edição, editora Millennium editora, 2011.

CABALLERO, Samuel Alfonso Delgado. Papiloscopia. Brasil: 1ª edição, editora Millennium editora, 2011.

<http://lattes.cnpq.br/>

<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papiloscopista	151.420-2	Dulcinéia Maria da Penha
Perito Papiloscopista	125.851-6	Paulo Sérgio Nogueira

DISCIPLINA 23 REPRESENTAÇÃO FACIAL E CORPORAL HUMANA Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conceito, histórico e métodos de elaboração da Representação Facial e Corporal Humana, seus objetivos e legislação específica; procedimentos de entrevista para obtenção de dados para a sua confecção e as técnicas para a elaboração dos laudos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Histórico;
 - 1.1. Introdução à Representação Facial e Corporal Humana;
 - 1.2. Apresentação, conceito de representação facial e corporal humana, terminologias aplicadas.
2. Legislação;
 - 2.1. Legislação Estadual e Federal acerca da atividade do Perito Papiloscopista.
3. Entrevista;
 - 3.1. Abordagem ao declarante (testemunha/vítima); aspectos formais e legais.
4. Editor de Imagem;
 - 4.1. Técnicas de edição e montagem de imagens.
5. Confecção de Laudo Técnico;
 - 5.1. Desenvolvimento de laudo dentro dos aspectos formais e legais.
6. Treinamento.
 - 6.1. Prática em laboratório

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Apostila: Curso de Representação Facial Humana. Márcio de C. Mendes (Perito Papiloscopista – IITB/PE) (*)

Apostila: Desenvolvimento de Representação Corporal Humana. Pedro Ivo de O. T. Cavalcanti (Perito Papiloscopista – IITB/PE) (*)

CRAIG, Dr. DAVID. Como Identificar um Mentiroso. Cultix. 2013. Traduzido para o português.

Instituto de Identificação do Distrito Federal. Seção de Retrato Falado,

Lodi, João Bosco. Técnicas de Entrevista;

Apostila de Representação Facial Humana 1 e 2 - Curso do SENASP.

(*) Material em mídia.

Manual PhotoShop CS2 - <http://canalphotoshop.info/2009/03/manual-photoshop-cs2.html>

Apostila de Representação Facial Humana 1 e 2 - Curso do SENASP.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

WERZBITZKI, JORGE LUIZ – Representação Facial Humana, “Retrato Falado” – Curitiba – PR. Editora Juruá – 2000.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papiloscopista	313.652-3	PEDRO IVO DE OLIVEIRA TENORIO CAVALCANTI

DISCIPLINA 24 FUNDAMENTOS DE CRIMINALÍSTICA Carga Horária: 12 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos acerca da criminalística, com abordagens temáticas sobre ciências forenses e perícia criminal, com a reprodução de conhecimentos necessários para o embasamento técnico e legal quanto à realização de perícia criminal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Principais Conceitos de Ciências Forenses, Criminalística, Perícia Criminal;
2. Estado da Arte da Polícia Científica do Estado de Pernambuco;
3. A Perícia Cível e Criminal. Objetivos Principais da Perícia Criminal. Vestígio, Evidência e Indício;
4. A Perícia Criminal no Contexto da Legislação Brasileira. O Laudo Pericial;
5. O local de crime e suas interfaces: Conceito de crime. Evolução do crime de homicídio no Brasil;
6. O papel central da perícia criminal na resolução de crimes: desafios a vencer;
7. Definição e classificação dos locais de crime. O local como fonte de informação. Teoria dos vestígios. Vestígios e indícios. Cadeia de Custódia;
8. Propósito da investigação em locais de crime. Locais de interesse da polícia;
9. Isolamento e Preservação de Locais de Crime;
10. O Papel dos auxiliares de perícia no local de crime. Preparação. Chegada ao local. Busca inicial de vestígios. Busca completa. Documentação do local. Coleta de vestígios;
11. A perícia em locais de crimes:
 - 11.1. Crimes contra o patrimônio;
 - 11.2. Crimes contra a vida;
 - 11.3. Ocorrência de trânsito.
12. O Papel dos auxiliares de perícia durante o processamento de uma Reprodução Simulada do Crime e de uma perícia em Engenharia Legal.
13. O Papel dos auxiliares de perícia durante o processamento de perícias internas. Balística Forense. Informática Forense. Perícias em Registros Audiovisuais e Fonética Forense.
14. Documentoscopia. Contabilidade Forense. Química Forense. Toxicologia Forense.
15. Biologia Forense:
 - 15.1. Hematologia;
 - 15.2. Tricologia;
 - 15.3. Entomologia;
 - 15.4. Botânica Forense;
 - 15.5. Perícia Ambiental.
16. Genética Forense.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 12ª Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2005. ISBN 85-02-05002-8.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, com as modificações das Leis nº 8.862, de 28 de março de 1994, e Lei nº 11.690, de 10 de junho de 2008.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e legislações complementares.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

ARANHA FILHO, Adalberto José Q. T de Camargo. Da prova no processo penal. 4ª Ed. São Paulo, Saraiva, 1996.

BRASIL, Lei 12.030, de 17 de setembro de 2009. Disponível em [HTTP://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L1230.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L1230.htm).

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DE 1969 (Pacto de San Jose da Costa Rica). Disponível em: [HTTP://www.dhnet.org/direitos/sip/oea/oeasjose.htm](http://www.dhnet.org/direitos/sip/oea/oeasjose.htm).

VELHO, J.A; GEISER, G.C. ESPINDULA, A. Ciências Forenses; Uma introdução às principais áreas da Criminalística Moderna. 2ª Ed. Campinas. Millennium Editora, 2013.

VELHO, J.A; COSTA. K.A. DAMASCENO, C.T.M. Locais de Crime: dos vestígios à dinâmica criminosa. 2ª Ed. Campinas. Millennium Editora, 2013.

CAVALCANTI, Ascendino. Criminalística Básica. Porto Alegre: Sagra – D.C. Luzzatto, 1995.

CABRAL, Alberto Franqueira. Manual da Prova Pericial. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2003, 400p.

DA CUNHA, Paulo Benedito. Doutrina da Criminalística Brasileira. São Paulo: Editora Atenienese, 1987, 153p.

FERREIRA, Luiz Alexandre Cruz. Falso Testemunho e Falsa Perícia. Campinas: Millennium Editora, 2006, 203p.

ESPINDULA, Alberi. Perícia Criminal e Cível. 3ª Ed. Campinas: Millennium Editora, 2009.

FACHONE, Patrícia de Cássia Valério. Ciência e Justiça: a institucionalização da Ciência Forense no Brasil. Campinas, SP, 2008. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

PORTO, G. Manual de Criminalística. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo – Coletânea Acácio Nogueira, 1960.

RABELLO, E. Curso de Criminalística. São Paulo: sugestão de programas para as faculdades de direito. Porto Alegre, Sagra – D C Luzzato, 1996.

ZARZUELA, J.L. Temas Fundamentais de Criminalística. Porto Alegre: Sagra – Luzzato, 1996.

DAMASCENO, C.T.M. Apostila de Locais de Crime. 2ª Ed. Brasília: ANP (Academia Nacional de Polícia), 2007.

HOUCK, M. M.& SIEGEL, J.A. Fundamental of Forensic Science. 2ª Ed. Burlington: Editora Academic Press, 2011.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perita Criminal	209.300-6	Sandra Maria dos Santos

DISCIPLINA 25 FUNDAMENTOS DA MEDICINA LEGAL FORENSE Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Conceito Medicina Legal: Aplicação nos diversos ramos do direito na área forense. Medicina Legal e Criminalística. Traumatologia Forense. Lesão corporal. Sexologia Forense. Tanatologia: fenômenos cadavéricos, tanatognose e cronotanatognose. Perinecropsia. Técnicas de necropsias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Medicina Legal: seus princípios e importância no âmbito da investigação policial;
2. Traumatologia Forense;
3. Lesão corporal. Perícias sexológicas;
4. Tanatologia: fenômenos cadavéricos, tanatognose e cronotanatognose;
5. Técnicas de necropsias. Exumação. Coleta e armazenamento de amostras para os diversos ramos de laboratório forense;
6. Perinecropsia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, M. S.; MENDOZA, C. et al. (2000), Compêndio de Medicina Legal Aplicada. Recife, Editora EDUPE.
FÁVERO, F. (1975), Medicina Legal. 11ª Edição, São Paulo, Martins Editora.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

FRANÇA, G. V. (2004), Medicina Legal. 7ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Médico Legista	209.564-5	Marcel Roland Ciro da Penha
Médico Legista	163.611-1	Railton Bezerra de Melo

DISCIPLINA 26
SISTEMA INFORMATIZADO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimento do Sistema Civil Web, familiarização do aluno com as janelas e abas de trabalho do Portal. Utilização dos conhecimentos trabalhados na disciplina de legislação civil quanto aos modelos de certidões, certificados, a normatização, os processos e etapas da identificação civil empregados, para a emissão da carteira de identidade dentro dos critérios legais e éticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Identificação civil utilizando o sistema Web;
2. Emprego da legislação no processo de Identificação Civil;
3. Fazer entrevista utilizando o Sistema;
4. Efetuar o cadastro em suas várias formas de inclusão;
5. Efetuar a classificação, sub-classificação das impressões dactiloscópicas coletadas;
6. Efetuar subclassificação e identificar a contagem de linhas do polegar mão direita e polegar mão esquerda;
7. Lançamento da Fórmula dactilar no sistema civil web;
8. Scanner-Executar conferências nas informações do documento apresentado (certidão ou certificado), Efetuar as devidas correções via sistema;
9. Confirmar registro junto ao sistema;
10. Pesquisa / Liberação;
11. Conhecer o Fluxo dos procedimentos para Liberação de uma primeira via;
12. Conhecer o Fluxo dos procedimentos para Liberação de uma segunda via em diante;
13. Cadastro da Exigência;
14. Cancelamento e Retificação;
15. Processos de pesquisa, liberação e retificação envolvidos na identificação civil;
16. Emissão, perfuração e cancelamento das carteiras de identidade;
17. Prática de todo o processo para emissão do Registro Civil utilizando o sistema Civil Web.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Lei Nº 7.116, de Agosto de 1983;
Decreto Nº 89.250, de 27 de Dezembro de 1983;
Nota Explicativa Sobre a Nova Carteira de Identidade;
Decreto Nº 2.170, de 04 de Março de 1997;
Convenção Sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses – Dec. Nº 12 de Abril de 1972.
Lei Nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973;
Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990;
Lei Nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1994;
Constituição Federal - do Reconhecimento da Paternidade;
Lei Nº 6.515, de 26 de Dezembro de 1977;
Lei Nº 9.434 de 04 de Fevereiro de 1997;
Decreto Nº 2.268, de 30 de Junho de 1997;

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

Medida Provisória Nº 1.718, de 6 de Outubro de 1998 da Opção Nacionalidade Brasileira

Parecer – 03: “Consulta Sobre Certidão de Nascimento sem o Nome Completo Procedimento.

Lei Nº 9.053, de 25 de Maio de 1995;

Lei Nº 9.049, de 18 de Maio de 1995;

Decreto Nº 98.963, de 16 de Fevereiro de 1990;

Decreto Nº 89.721, de 30 de Maio de 1984;

Lei Nº 9.454, de 07 de Abril de 1997;

Identificação Civil do Índio;

Lei Nº 6.001 de 19 de Dezembro de 1973;

Consulta a Gerência Jurídica SDS – Parecer Nº 106/2007 GGAJ-SDS;

Lei Nº 6015/73, Art. 50: “Todo Nascimento que Ocorrer no Território Nacional Deverá Ser Dado a Registro (...)”.

A Lei Federal Nº 6001/73 de 19 de Dezembro de 1973 – Estatuto do Índio, No Art.13 e Seu Parágrafo Único, Atribui à FUNAI;

Novo Código Civil;

Código Penal (Da Falsidade Documental, de Outras Falsidades e Demais Legislações Atualizadas.

AMARAL, Flávio Antônio Azevedo e CODEÇO, Álvaro Gonçalves. Identificação humana pela dactiloscopia. 3ª Ed. DPF, 1992.

ARAÚJO, Álvaro Placeres. Manual de datiloscopia;

ARAÚJO, Marcos Elias Cláudio e PASQUALI, Luiz. Datiloscopia: A determinação dos dedos. 1ª Ed. Brasília: LabPAM – Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida, 2006.

CODEÇO, Álvaro Gonçalves. Identificação humana pela dactiloscopia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Reimpresso, ANP/DPF, 1992.

MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA, 1987, Publicação do Instituto Nacional de Identificação, Departamento de Polícia Federal, Brasil.

APOSTILA DE PAPILOSCOPIA POLICIAL. Curso de Formação de Datiloscopista Policial, SDS/PE, 2008.

AZEVEDO, N.S., PENHA, D. M. e NOGUEIRA, P. S. B. (2002), Apostila de Identificação Civil, Criminal e Necropapiloscópica. Pernambuco, Recife, SDS.

CNJ - Provimentos do Conselho Nacional de Justiça/relativos a emissão das certidões de nascimento e casamento.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papiloscopista	297.187-9	Ednaldo B. de Souza Junior

DISCIPLINA 27
SISTEMAS AUTOMÁTICOS DE IMPRESSÕES DIGITAIS - AFIS

Carga Horária: 16 horas

EMENTA: Identificação, Conceituação e Classificação das técnicas e métodos de operação de sistemas automáticos de identificação de impressões papilares. Realização de pesquisas e cadastros de impressões papilares na base nacional de dados biométricos do Sistema Nacional de Identificação Criminal – SINIC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Tipos de pesquisas:
 - 1.1. Completa;
 - 1.2. Fonética;
 - 1.3. Fragmentada.
2. Inclusão de informações criminais;
3. Antecedentes criminais;

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

4. Histórico do AFIS;
5. Como funciona um AFIS;
6. Procedimentos para pesquisa e/ou aquisição de pessoa pelo método automático e manual;
7. Fluxo de trabalho e aquisição de pessoas;
8. Inclusão de pessoas, tipo:
 - 8.1. Criminal;
 - 8.2. Exclusão;
 - 8.3. Geral;
 - 8.4. Antecedentes.
9. Controle de qualidade;
10. Verificação de pesquisa ID;
11. Verificação de Pesquisa Pessoa/Pessoa – Verificação TP/TP;
12. Validação de Pesquisa Pessoa/Caso – Validação TP/UL;
13. Serviço de Validação UL/TP;
14. Utilização da Guia Suporte;
15. Processos de pesquisa, liberação e retificação envolvidos na identificação civil;
16. Procedimentos para criação, edição e processamento de CASO CRIMINAL:
 - 16.1. Fluxograma de tratamento de Caso Criminal;
 - 16.2. Criação de Caso criminal;
 - 16.3. Edição de Caso Criminal;
 - 16.4. Validação de pesquisa Caso/Pessoa – Validação LT/TP;
 - 16.5. Validação de pesquisa Caso/Caso – Validação LT/UL.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AMARAL, Flávio Antônio Azevedo e CODEÇO, Álvaro Gonçalves, Identificação Humana Pela Datiloscopia, 3ª edição, 1992 – Serviço do Departamento de Polícia Federal, Brasília – DF.

Araújo, Clemil José. Papiloscopia 2, 2010 - SENASP/MJ.

Araújo, Clemil José. AFIS – SISTEMAS AUTOMÁTICOS DE IMPRESSÕES DIGITAIS, 2000, Brasília – DF. Site: <http://www.papiloscopistas.org/afis.html>. Acesso em 21/03/2012.

Manual de Identificação Papiloscópica, Instituto Nacional de Identificação, 1987, Serviço Gráfico do Departamento de Polícia Federal - Brasília-DF.

Manual de procedimentos do sistema automatizado de identificação de impressões digitais – AFIS/DPF. Departamento de Polícia Federal. Diretoria Técnico-Científica. Instituto Nacional de Identificação. Serviço de Identificação de Impressões Digitais.

Modelo Conceitual – Projeto RIC, elaborado por Comissão designada pelo Ministério da Justiça.

Harris, Tom. "HowStuffWorks - Como funcionam os leitores de impressões digitais". Publicado em 24 de setembro de 2002 (atualizado em 04 de setembro de 2007). Site: <http://informatica.hsw.uol.com.br/leitores-de-impressoes-digitais6.htm>. Acesso em 07 de maio de 2009.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Papiloscopista	125.851-6	Paulo Sérgio Bezerra Nogueira

DISCIPLINA 28 GESTÃO POR RESULTADOS E PACTO PELA VIDA Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Conhecimentos relativos à nova visão da administração pública focada na gestão por resultados, otimizando os processos e implantando ações efetivas na busca das diretrizes organizacionais e metas públicas com foco no Pacto pela Vida em Pernambuco.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Fundamentos teóricos e aplicações práticas da Gestão por Resultados na Administração Pública.
2. Ferramentas de Gestão por Resultados nas organizações governamentais.
3. Etapas de implantação da Gestão por Resultados
 - 3.1. Indicadores de desempenho;
 - 3.2. Pressupostos e construções;
 - 3.3. Construção e alinhamento da missão, visão e objetivos. Conceitos e definições de indicadores de desempenho e sistema organizacional
- 3.4. Visão da Gestão por Resultados na Administração Pública Brasileira e Pernambucana; - - Gestão de resultados com foco em indicadores –
4. Indicadores de Qualidade;
5. Indicadores de Produtividade;
6. Indicadores de capacidade -Macro-indicadores;
7. Análise crítica dos indicadores.
8. Pacto pela Vida: Política Pública de Segurança

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

9. TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.
10. UNESCO. Um Caminho para o Brasil no século XXI. Brasília: Instituto de Política, 2002.
11. PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (PACTO PELA VIDA)

CONTEUDISTA	MATRICULA	CARGO
José Mauricio Tavares Filho	Major PM	930300-0

DISCIPLINA 29 GESTÃO DA QUALIDADE E CADEIA DE CUSTÓDIA Carga Horária: 14 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos sobre gestão de qualidade e sua aplicabilidade na área forense, em respeito as normas e procedimentos pré-estabelecidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos Princípios e Evolução da Qualidade;
2. A qualidade no serviço público;
3. Ferramentas de gestão da Qualidade;
4. As normas da Gestão da Qualidade;
5. Os Procedimentos Operacionais – POP's;
6. A Cadeia de Custódia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Acreditação de Organismos de Inspeção (ABNT NBR ISO/IEC 17020:2006) Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/definicaoAvalConformidade.asp>> Acesso em 2011.10.20.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9001:2000; Sistemas de Gestão da Qualidade - Requisitos. Rio de Janeiro, 2000.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO/IEC 17025: Requisitos gerais para a competência de laboratório de ensaio e calibração. Rio de Janeiro, 2006.

Avaliação da Conformidade. INMETRO. Diretoria da Qualidade: 5ª Ed. Rio de Janeiro, 2007.

ALVES, Marcelo Lima, SILVA, Luis Roberto Oliveira da; O Desenvolvimento da Acreditação de Laboratórios na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade e os seus principais desafios. EQUALAB – Encontro para a Qualidade de Laboratórios – Rede Metrológica do Estado de São Paulo REMESP, 07 a 09 jun. 2005, São Paulo. Disponível em: <www.grupocalibracao.com.br/download.aspx> acesso em: 09 ago. 2009.

Avaliação da Conformidade. INMETRO. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/definicaoAvalConformidade.asp> Acesso em 2011.10.20.

BARACAT, Claudine de Campos. A padronização de procedimentos em local de crime e de sinistro – sua importância e normatização. Disponível em: <www.seguranca.mt.gov.br/politec/3c/artigos/materia_padronizacao_procedimentos.doc> Acesso em 20.out.2011.

Conscientização sobre o local de crime e as evidências materiais em especial para pessoal não-forense, Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes, Nova York, 2010, edição especial do manual português adaptada para o Brasil. Adaptação, que consiste de comentários somados como notas de rodapé, preparada pelo Ministério da Justiça do Brasil. Coordenação de Perícia Forense – Ministério da Justiça.

DIAS, José Luciano de Mattos; Medida Normalização e Qualidade - Aspectos da história da metrologia no Brasil. INMETRO: Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1998.

FILHO, Claudemir Rodrigues Dias, Cadeia de custódia: do local de crime ao trânsito em julgado; do vestígio à evidência. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/27896611/Cadeia-de-custodia-do-local-de-crime-ao-transito-em-julgado-do-vestigio-a-evidencia> Acesso em 20.out.2011.

Guia para Elaboração – Manual da Qualidade para Laboratório. 3ª ed. rev. ampl. Rede de Tecnologia; Rio Metrologia. Rio de Janeiro, 2008.

Guia para a aplicação da ISO/IEC 17020, IPAC Acreditação, Disponível em: <<http://www.ipac.pt/docs/publicdocs/regras/OGC006.pdf>> Acesso em 20 out. 2011.

ISO 9001:2000 – Certificar ou não Certificar – SENAI. INMETRO, Diretoria da Qualidade; 4ª Ed.: Montandon& Dias Comunicações e Editora Ltda. Rio de Janeiro, 2008.

JÚNIOR, MILTON ANTONNO DA SILVA. Gestão da Qualidade e Cadeia de Custódia. Academia Integrada de Defesa Social, Curso de formação de Auxiliar de Peritos Criminais. Recife, 2016, Apostila.

KRAVCHYCHYN, L, & JACOB, A. V. et ali; Implantação de um Sistema de Gestão da Qualidade conforme a Norma ABNT ISO 9001:2000 no Laboratório de Controle de Processos do Departamento de Engenharia Química e de Alimentos da Universidade Federal da Santa Catarina (LCP-EQA-UFSC). ENEGEP. Fortaleza, 2006.

LIRA, Francisco Adval: Metrologia na indústria. Editora Erica Ltda. São Paulo, 2010.

MAGALHÃES, João Gabriel; Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade para Laboratório de Metrologia de acordo com a NBR ISO/IEC 17025:2005. Universidade Federal de Itajubá – Instituto de Engenharia de Produção e Gestão. XXIV ENEGEP, Fortaleza - Ceara, 9 a 11 Out. 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR470322_7791.pdf>. Acesso em 27 jul. 2009.

Edital nº 023/2017 - ACIDES/SDS

MARQUES, L; Acreditação de laboratórios: um desafio na Brasil. Revista Metrologia & Instrumentação. Ano 5, n. 40, p.34-39, 2006.

MELLO, Carlos Henrique Pereira; Gestão da Qualidade. Pearson Education do Brasil. São Paulo, 2011.

OLIVARES, Igor Renato Bertoni; Gestão de Qualidade em Laboratórios. Minicursos CRQ-IV, 2008 – Conselho Regional de Química IV região. São Paulo. Livro da Editora Átomo, 2006, p.101. Disponível em < www.qualilab.org >. Acesso em: 25 jul. 2009.

QUADRO Geral de Unidade de Medida: Resolução CONMETRO, n. 12/88, 4ª Ed. INMETRO / SENAI / DN – Departamento Nacional: Ed. SENAI. Rio de Janeiro, 2007.

REGULAMENTAÇÃO Metrológica: Resolução CONMETRO, 3ª Ed. N.11/88 INMETRO, SENAI – Departamento Nacional: SENAI Artes gráficas. Rio de Janeiro, 2007.

ROSEMBER, Felix Júlio; SILVA, Ana Beatriz; Sistemas de Qualidade em Laboratórios de Ensaio. 1ª Ed.: Editora Qualitimark. São Paulo, 2000.

TOCCHETTO, Domingos e Espindula, Alberi. Criminalística procedimentos e metodologias, 1ª Porta Alegre, 2005.

VOCABULÁRIO Internacional de termos fundamentais e gerais de metrologia: portaria INMETRO n. 029, 1995, 5ª Ed. INMETRO, SENAI – Departamento Nacional: Ed. SENAI. Rio de Janeiro, 2007.

VOCABULÁRIO Internacional de termos de metrologia legal: portaria INMETRO n. 163, 06.set.2005, 5ª Ed. INMETRO, SENAI – Departamento Nacional: Ed. SENAI. Rio de Janeiro, 2007.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Criminal	209.406-1	Milton Antônio da Silva Junior